



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA FINALIDADE:

A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços especializados para a migração, criação, manutenção, atualização e aprimoramento do site institucional da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, incluindo suporte técnico, hospedagem, segurança da informação e melhoria da experiência do usuário, garantindo total conformidade com a legislação vigente.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade da administração municipal manter um portal institucional atualizado, responsivo e seguro, de forma a garantir transparência, comunicação, acessibilidade e interação eficaz com a população. Sendo a Internet o principal canal de informação existente, dando a possibilidade de acesso em tempo hábil a dados e informações indispensáveis aos usuários dos serviços públicos municipais. Deve-se considerar ainda que, a comunicação como portal institucional e o uso das ferramentas web por todos os órgãos do município permitirá o aumento da integração entre os mesmos, melhorando a qualidade e a quantidade de notícias e informações de serviços geradas, aumentará a transparência nas ações governamentais, bem como permitirá o melhor controle e a segurança nas informações e dados a serem disponibilizados, bem como permitirá para o governo municipal da utilização compartilhada das ferramentas, portais e sistemas.

Considerando a necessidade da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste em fazer a divulgação institucional e a internet como veículo de busca de informação ser muito utilizada na atualidade, tornou-se necessário criar um website com estrutura visual e organizacional que permitam ser entendido e acessado com facilidade por seus visitantes, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para criação do website, assegurando a continuidade da gestão do site, com melhorias e manutenções necessárias para garantir sua funcionalidade e segurança.

2.2. De extrema relevância ao interesse público a obrigatoriedade de cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) como um aspecto essencial. Os Órgãos Públicos de todas as esferas devem disponibilizar na rede mundial de computadores informações ao cidadão, disponibilizadas pelos órgãos e entidades, independente de solicitação, utilizando principalmente a Internet. Essa divulgação de dados é também conhecida como transparência ativa. A disponibilização de informações de interesse público, além de facilitar o acesso dos cidadãos e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas semelhantes.

2.3. Por isso, a LAI estabelece um conjunto mínimo de informações que devem ser publicadas nas seções de acesso a informações dos sites dos órgãos e entidades. Além da publicação das informações exigidas pela LAI, os órgãos podem divulgar outros dados de interesse público por iniciativa própria, ou seja, de forma proativa, justificando a necessidade de contratação de serviços de internet.

2.4. Ademais, a publicidade é um princípio constitucional essencial previsto no artigo 37 da Constituição Federal, o qual rege a administração pública e impõe a transparência dos atos administrativos. A manutenção e aprimoramento do site institucional da Câmara garantem o acesso irrestrito às informações governamentais, fortalecendo o controle social e promovendo a participação cidadã na fiscalização das ações do poder público.



3. DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. Em que pese o valor corrente no mercado da prestação de serviços a contratação deverá se situar abaixo do valor necessário para a se impor o dever de licitar, portando, poderá ocorrer por meio dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei n. 14.133/21, em face aos princípios da eficiência, economicidade e da celeridade.

4. DO OBJETO: Prestação de Serviços abaixo relacionados serem disponibilizados na internet pelo endereço <https://www.camarasgo.ms.gov.br> da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste-MS, com desenvolvimento de portal, com visual moderno, prático e intuitivo, atrativo, eficiente e responsivo para dispositivos móveis ou micro computadores, ficando de responsabilidade da contratada a importação de todo o conteúdo do atual site.

A contratação de empresa especializada para prestar serviços de:

- a. Desenvolvimento;
- b. Migração dos dados e layout do site atual;
- c. Manutenção preventiva e corretiva do site institucional;
- d. Suporte técnico e atualização de conteúdo;
- e. Hospedagem com segurança e backup automatizado;
- f. Implementação de melhorias na usabilidade, acessibilidade e SEO;
- g. Links de acesso ao Portal da Transparência e o Diário Oficial;
- h. Treinamento da equipe interna para gestão do conteúdo.

O objeto desta contratação é a prestação de serviços para **migração, manutenção, atualização e aprimoramento do site institucional da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, incluindo suporte técnico, hospedagem, segurança da informação e melhoria da experiência do usuário, garantindo total conformidade com a legislação vigente** e, caso necessário, o desenvolvimento de um novo site/portal web, conforme definição abaixo, em atendimento às necessidades atuais da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste:

4.1. Características do Objeto

4.1.1. As páginas web deverão ser construídas de forma que quando colocadas em produção possam ter o seu conteúdo (imagens, notícias, menus, etc) atualizado facilmente por usuários gestores, sem necessários conhecimentos técnicos na área de desenvolvimento web, diretamente pela CONTRATANTE, através de acesso ao Painel de Controle do Portal Web.

4.1.2. A CONTRATANTE terá o direito de uso sobre todo o Portal Web desenvolvido pela CONTRATADA.

4.1.3. A empresa deve oferecer suporte técnico contínuo e manutenção preventiva/corretiva. Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementação para os serviços executados deverão ser realizadas pela CONTRATADA, durante toda a execução do contrato, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.1.4. Os erros de implementação deverão ser corrigidos pela contratada, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de comunicação realizada pelo Técnico designado pela CONTRATANTE. Os serviços realizados para esta correção não serão remunerados pela



CONTRATANTE.

4.1.5. A empresa CONTRATADA responsabilizar-se-á por alterar, reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto deste termo naquilo que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução durante a garantia e vigência do contrato.

4.1.6. A empresa contratada deve garantir a migração completa do conteúdo, banco de dados e layout do site atual - bem como garantir o sistema interno, área administrativa do site, com as funcionalidades atuais, além das exigências do setor conforme contrato.

4.1.7. . O site deve ser compatível com dispositivos móveis e diferentes navegadores.

4.1.8. O site precisa ser otimizado para mecanismos de busca (SEO) e seguir padrões internacionais de acessibilidade (W3C e WCAG), além de backup contínuo dos dados e proteção contra ataques cibernéticos.

4.2. Descrição dos Serviços

4.3. Design: Criação de um design personalizado e responsivo, adaptado a diferentes dispositivos (desktop, tablets e smartphones), com interface intuitiva e visualmente atraente.

4.4. Desenvolvimento: Desenvolvimento do site utilizando as tecnologias mais recentes, garantindo um site rápido, seguro e otimizado para mecanismos de busca (SEO).

4.5. Funcionalidades: Implementação das seguintes funcionalidades: E-mail Corporativo, Legislação, Ouvidoria e aba de Acesso à Informação

4.6. Manutenção de 50 contas de e-mails personalizados com espaço de 15GB e migração de dados já existentes.

4.7. Desenvolvimento de páginas web

4.7.1. Desenvolvimento de páginas Web conforme descrito a seguir:

4.7.1.1. Criar elementos das páginas, conforme layout e design das páginas web, criadas e aprovadas;

4.7.1.2. A Implementação do conteúdo (textos, páginas, sons, imagens, etc.) e os links identificados na atividade de análise, isto inclui no treinamento que será implementado pela CONTRATANTE, conforme descrito no item 4.5.2;

4.7.1.3. Realizar testes que comprovem a adequação da solução aos critérios de qualidade;

4.7.1.4. Realizar em mais de um navegador (Firefox 25 ou superior, Internet Explorer 9 ou superior, Chrome 30 e superior, Ópera 18 ou superior e Safari 5.1 ou superior) para garantir que o layout não vai apresentar diferenças e que o conteúdo será exibido satisfatoriamente.

4.8. Tecnologias

A tecnologia utilizada para o desenvolvimento do website será compatível com o mais alto padrão de mercado, garantindo compatibilidade com diferentes frameworks modernos.

4.9. Proposta Técnica

4.9.1. A proposta técnica apresenta um detalhamento da solução identificada percorrendo sobre a forma como ocorrerá o relacionamento entre a Câmara e a CONTRATADA. O detalhamento compreende: necessidades, premissas, restrições, escopo do projeto, o que



está fora do escopo, etapas do projeto, equipe e prazo de entrega do projeto.

4.9.2. Necessidades Identificadas

- a) Migração, Manutenção, atualização e aprimoramento ou criação de um website;
- b) Divulgação de informações sobre:
- c) Notícias;
- d) Página inicial com links;
- e) Vereadores
- f) Comissões Legislativas
- g) Acesso à informação;
- h) Ouvidoria e E-SIC
- i) Dados históricos;
- j) Área do Cidadão;
- k) Fale conosco;
- l) Ouvidoria;
- m) Institucional;
- n) Agenda;
- o) Atividade Legislativa;
- p) Links;
- q) Módulo de privacidade (LGPD)
- r) Portal de Transparência; e
- s) Legislação;
- t) Tudo que envolve a comunicação, a publicidade dos atos, a transparência, a atividade legislativa, o atendimento e a participação social

4.10. Escopo do Projeto – Website

O prazo para Implantação da Solução Web Integrada será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de recebimento da Autorização de Serviços. Deverão ser entregues na etapa de Implantação da Solução Web, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

- I. Acesso e Estrutura Básica:**
 - a. Criar um site oficial da Câmara com acesso visível e destacado ao Portal da Transparência.
 - b. Disponibilizar uma ferramenta de busca eficiente no site e no portal.
- II. Informações Institucionais:**
 - a. Publicar a estrutura organizacional da Câmara.
 - b. Informar competências e atribuições de cada setor.



- c. Disponibilizar contatos institucionais atualizados (endereços, telefones, e-mails e horários de atendimento)..

III. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):

- a. Implementar o e-SIC para pedidos eletrônicos de informação de forma simples e acessível.

IV. Acessibilidade e Usabilidade:

- a. Garantir acessibilidade com recursos como alto contraste, redimensionamento de texto e símbolo de acessibilidade destacado.
- b. Disponibilizar um mapa do site para facilitar a navegação.

V. Ouvidoria e Comunicação:

- a. Oferecer informações sobre a Ouvidoria, incluindo endereço, telefone, e-mail e horário de funcionamento.
- b. Criar canais eletrônicos para interação com os cidadãos (Fale Conosco ou Ouvidoria Online).

VI. Proteção de Dados e Governança Digital:

- a. Nomear e divulgar o encarregado pela proteção de dados pessoais.
- b. Publicar a Política de Privacidade e possibilitar a solicitação de serviços públicos de forma digital.

VII. Requisitos Técnicos do Portal Oficial:

- a. Desenvolver o portal em linguagem de programação web, responsivo a diferentes plataformas e compatível com diferentes dispositivos e navegadores.
- b. Seguir os padrões do W3C para compatibilidade com navegadores e sistemas operacionais, assegurando requisitos de acessibilidade.
- c. Integrar o portal aos demais módulos da solução web.
- d. Utilizar banco de dados relacional. Integrar-se ao banco de dados já existente;
- e. Garantir interface amigável e intuitiva, com todas as mensagens e telas em idioma português.
- f. Permitir adaptações e customizações sem comprometer a integridade do portal.
- g. Possuir sistema de gerenciamento de conteúdo com criação de usuários, grupos e privilégios de acesso. Possuir painel de controle intuitivo para edição de conteúdo por servidores da Câmara;
- h. Garantir conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- i. Contar com hospedagem segura, com backup automático e monitoramento contra ataques cibernéticos.

VIII. Funcionalidades Específicas:

- a. Garantir que todas as informações estejam em base de dados para busca dinâmica.
- b. Oferecer ferramentas para inserção, visualização, configuração, alteração e exclusão de itens nas áreas administrativas.
- c. Permitir inclusão, alteração, consulta e exclusão de notícias, com suporte para imagens e vídeos.
- d. Gerenciar agendas de eventos e banners com suporte para mídia.
- e. Criar páginas dinâmicas e gerenciar banners destacando serviços e links.
- f. Oferecer recursos de newsletter, consulta por palavras em notícias, compartilhamento em redes sociais, impressão e envio por e-mail.
- g. Disponibilizar informações como serviços prestados, endereço, horários de atendimento, estrutura organizacional, perguntas frequentes.
- h. Cadastrar acessos rápidos para serviços e seções do portal..



- i. Proteger a integridade do sistema para suportar adaptações e customizações sem comprometer sua funcionalidade.

IX. Informações no rodapé da página:

- a. As que forem orientadas pela assessoria.

4.11. Todos os acessos serão feitos através de credenciais (usuário e senha) sendo que cada usuário poderá acessar somente as funcionalidades designadas pelo administrador do sistema (master).

Especificações Técnicas

O website será compatível com os navegadores atuais (Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge, Safari e Opera):

5. SUPORTE, MANUTENÇÃO E LICENÇA

5.1. O contrato de suporte técnico contará com atendimento no seguinte formato:

- a) Suporte rápido e integral – suporte remoto, a empresa contratada deve oferecer **treinamento completo aos servidores** que irão gerenciar o site (local e remoto) e prazo para atendimento de até 24 horas. As emergências são atendidas através de atendimento móvel (celular);
- b) O suporte da CONTRATADA conta com total infraestrutura para a manutenção do website na Internet sendo de responsabilidade da mesma a disponibilidade desse website.
- c) Somente será considerada manutenção a alteração de funcionalidades já existentes.
- d) A lei que trata da comercialização dos programas de computadores, Lei nº 9.609/98 ("Lei do software"), traz em seu artigo 9º, a previsão de que o programa de computador ser objeto de licença. In casu, a Contratada DEVERÁ disponibilizar a Solução Web Integrada, sob a licença de uso com transferência de direitos (Transferência de Titularidade) à Contratante ou desenvolver/disponibilizar através de Licenças de software Livre "Open Source": BSD, GPL e/ou suas correspondentes variações menos restritivas.
- e) O serviço de Suporte Mensal da Solução Web Integrada ocorrerá durante toda a vigência do contrato. Neste período, a empresa Contratada deve efetuar os serviços de manutenção preventiva e realizar customizações na Solução Web Integrada, de acordo com as necessidades da Contratante, desde que esteja dentro do escopo do CONTRATO.
- f) As customizações poderão ser solicitadas pela Contratante à Contratada;
- g) A empresa Contratada também deverá oferecer suporte telefônico, funcionando em regime 5x8 (dias úteis em horário comercial) para abertura de chamados técnicos, para sanar as dúvidas relacionadas aos serviços prestados.
- h) A Solução Web Integrada deve ter garantias contra erros e inconsistências e estar em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018).
- i) A Contratada deverá refazer ou corrigir, sem ônus adicionais para a Contratante, erros que possam ser constatados após a implantação da solução, durante a vigência do contrato.



- j) A Solução Web Integrada ofertada possuirá garantia de atualizações de versão, pelo período de vigência do contrato, e deverá estar disponível para a Contratante e para o cidadão em regime: 7x24. Após o período de suporte técnico e 30 dias após o encerramento do contrato de suporte, a Contratada DEVERÁ transmitir todos os acessos, backups, migrações de toda e qualquer informação e arquivos armazenados no Servidor.

5.2. Manutenção corretiva (CONTRATADA)

A manutenção corretiva compreende as seguintes atividades:

- a) Correção de eventuais problemas no site.

5.3. Manutenção Evolutiva (CONTRATADA)

- a) Infraestrutura para o website (banco de dados);
b) atualizações evolutivas (alterações futuras desejadas pelo cliente desde que esteja de acordo com o Item 5.1, inciso F);

5.4. Entrega do Website

5.4.1. Premissas

5.4.1.1. Todo o processo de implantação depende diretamente do Escopo do projeto;

5.4.1.2. A responsabilidade pelos ambientes de homologação e produção e fornecimento de dados para execução dos testes e abastecimento permanente de informações citado no item “Divulgação de Informações” é inteiramente da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste;

5.4.2. Restrições

5.4.2.1. A atuação e desenvolvimento das atividades serão realizados nas dependências da CONTRATADA, em períodos e datas acordadas previamente ou, em casos especiais, na necessidade de manutenção ou intervenção urgente, esta cláusula poderá ser desconsiderada;

5.4.3. Etapas do Projeto

5.4.3.1. O projeto será composto por 3 (três) fases principais, sendo:

Fase 1 – Planejamento e aprovação do layout ou migração

- a) Será planejado todo o projeto através de técnicas utilizadas conforme padrão de mercado.
b) Nesse momento serão elaborados o cronograma, o plano de projeto e o mesmo será apresentado em reunião formal.
c) Além disso, na mesma reunião ocorre a aprovação de todo o layout utilizado e padrões do site.
d) Caso a contratante opte apenas pela migração do site atual, todo o processo deve ser garantido pela contratada, mantendo o layout, a apresentação visual, banco de dados e sistema interno do site.

Fase 2 - Desenvolvimento

- e) Serão entregues todas as funcionalidades do website atual da Câmara e



aprimorado no caso de um novo site, conforme orientação do setor responsável.

Fase 3 – Estabilização

- f) O período de estabilização compreende 30 (trinta) dias após a entrega do website.

5.4.4. Prazo de execução em caso de novo site:

5.4.4.1. Produto Prazo

- a) Envio de Material – Contratante – 5 dias
- b) Apresentar Layout (página Home) – Contratada – 18 dias
- c) Aprovação do Layout (página Home) – Contratante – 3 dias
- d) Desenvolvimento do Projeto – Contratada – 25 dias
- e) Teste de funcionalidade – Contratada – 5 dias
- f) Aprovação da estrutura do Portal Web – Contratante – 3 dias
- g) Treinamento / entrega manual (usuário) – Contratada – 1 dia.
- h) Prazo final site pronto - Contratada – até 60 dias.

5.4.5. IMPORTANTE:

5.4.5.1. Todos os marcos do projeto deverão ser contados a partir da data de assinatura de contrato entre ambas as partes e a(s) multa(s) ocasionalmente ocorridas estarão devidamente descritas nesse contrato;

5.4.5.2. A não aprovação do layout postergará todos os marcos posteriores; e

5.4.5.3. A não realização de qualquer um dos marcos, após aplicada a multa, deve incorrer em postergação na mesma proporção dos demais marcos subsequentes.

5.4.5.4. A empresa contratada estará sujeita a penalidades em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021, incluindo multas e impedimento de participar de novas licitações.

5.4.5.5. A empresa deve disponibilizar melhorias e atualizações durante a vigência do contrato e corrigir eventuais falhas sem custo adicional.

6. HABILIDADES

6.1. A execução dos serviços, objeto desta contratação deverá prever as seguintes habilidades:

- a) Experiência na criação de design gráfico para páginas web;
- b) Experiência no desenvolvimento de páginas web, considerando os aspectos relativos a design, usabilidade, acessibilidade e segurança;
- c) Experiência no desenvolvimento de páginas web seguindo os padrões definidos pela W3C (The World Wide Web Consortium);
- d) Experiência no desenvolvimento de aplicações utilizando: XML, HTML, Javascript, PHP; entre outros.
- e) Experiência na utilização de alguns dos seguintes gerenciadores de banco de dados: SQL Server, Oracle, MySQL, PostgreSQL;



7. MANUAL DO USUÁRIO

- 7.1.** Deve ser construído abordando todas as seções das páginas web. Deve ser escrito numa linguagem clara e concisa, de fácil entendimento para o usuário. Deve explorar o uso de imagens e exemplos.
- 7.2.** Deve abordar os seguintes tópicos: objetivos da página, requisitos de hardware e software, funcionalidades, regras de negócio, mapa do site, guia de atualização de conteúdo e glossário.

8. INÍCIO DOS SERVIÇOS:

- 8.1.** As obrigações, objeto desta licitação, serão iniciadas imediatamente após a emissão da ordem de serviços e ou AF.

9. PRAZOS PARA EXECUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. O prazo de vigência e execução do objeto da contratação será de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme previsto na forma da Lei 14.133/2021.

9.2. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

9.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos, contados do adimplemento da obrigação, e ateste da(s) Nota(s) Fiscal(is).

9.2.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou por meio de boleto, a critério da Câmara Municipal.

9.2.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.4.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Subcontratação

10.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

10.2. Garantia da contratação



10.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto estarão consignadas através do seguinte crédito orçamentário.

Manutenção das Atividades da Câmara: 01.031.0010.2001.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

12. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Condições de execução

12.1.1. A execução do objeto será imediatamente após a assinatura do contrato.

12.1.2. Os serviços serão prestados na sede da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, no endereço: Av. Juscelino Kubischek, n. 958 Centro, São Gabriel do Oeste – MS).

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, desde que devidamente justificadas e anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, *caput*).

13.6.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, fica designado como representante, para **acompanhar** e **fiscalizar** a execução dos serviços, a servidora ARIADNE



FREITAS BIANCHI DE OLIVEIRA.

13.6.1.1. Na ausência do fiscal titular do contrato fica designado como substituto o servidor RONALDO CESAR DOS SANTOS NETO.

13.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

13.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas.

13.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8.1. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.9.1. A gestão do contrato será realizada pela servidora: Será nomeado posteriormente.

13.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do



cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.10. O fiscal deverá enviar a documentação pertinente ao setor de compras para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.11. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.11.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Dispensa.

14.2. Considerando a necessidade de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e hospedagem e e-mail corporativos a qual visa a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais ao funcionamento da Câmara Municipal é que se justifique a dispensa de licitação sem a realização de disputa eletrônica, nos termos do art. 12, VI da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A dispensa de licitação se configura como a solução mais eficiente e adequada, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade que devem nortear as contratações públicas.

14.4. As regras de participação no certame, bem como as informações sobre cadastramento inicial e julgamento da proposta estão pormenorizados no Aviso de Dispensa.

12. DAS OBRIGAÇÕES

12.1. Das obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. Das obrigações do Contratado

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- f) Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- g) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- h) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

k) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

l) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

m) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

n) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021.

q) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



s) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7.1.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

São Gabriel do Oeste, 25 de fevereiro de 2025.

VÂNDIA MARIA MARCON
Membro da Equipe de Planejamento

Revisão: Ariadne Freitas Bianchi de Oliveira